



A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon, Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis

A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon,
Vanessa Maurenre e Carolina dos Reis



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A pesquisa como criação de mundos [livro eletrônico] : 20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção da psicologia social / organização Fernanda Amador...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023. PDF

Vários autores.
Outros organizadoras: Simone Paulon, Vanessa Maurenre, Carolina dos Reis.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-23-8

1. Ensino superior (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica 3. Psicologia social I. Amador, Fernanda. II. Paulon, Simone. III. Maurenre, Vanessa. IV. Reis, Carolina dos.

23-168143

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e design de capa: Arnaldo Bublitz
Arte da capa: Vento não se captura, é sentido.
por Zeca Amaral (ezequiel_candidoamaral@hotmail.com)

“N-PISTA(S)” PARA PESQUISAR INSTITUIÇÕES, SUBJETIVAÇÃO E TRABALHO

Fernanda Spanier Amador

Parar, olhar para trás, para o agora, para frente; reunir informações; recuperar o feito, o em feitura; colher os gérmenes do que ainda poderá ser feito. Esses foram os movimentos experimentados quando do propósito de escrever a respeito dos percursos do “n-pista(s) – Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s)”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de pesquisa, grupo de trabalho, grupo de convívio, que reúne professoras e professores, estudantes de graduação, pós-graduação e pessoas trabalhadoras da rede de serviços em políticas públicas.

Colocamo-nos a contar um pouco de sua história tendo em vista compor o movimento de (cont)ação da história do PPGPSI, empreendido pelos diversos grupos de investigação que compõem este Programa. Nosso intento é contar a história de um grupo de pesquisa que se ocupa do trabalho, de instituições e de processos de subjetivação no escopo de indagações do campo da Psicologia Social e Institucional, tomando a própria experiência do trabalho de pesquisa como mote estratégico para a escrita. Afinal, pelo trabalho se faz história.

Sendo assim, o que nos interessa é operar a escrita deste texto desde a perspectiva de um conceito caro às nossas pesquisas: o do trabalho como ofício. O ofício não é exatamente prática ou profissão, mas, sim, arte do fazer, compartilhado entre quem pesquisa e aqueles com quem se pesquisa. Arte que se imiscui por entre lutas travadas quando da gestão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, no encontro com as infidelidades do meio, na produção de normas em sentido “canguilhemiano”, para viver e trabalhar.

É pelo ofício de pesquisar que contaremos um pouco da história do n-pista(s), ofício que comporta uma dimensão perturbadora da história *oficial*, a qual, geralmente, conta a história de pretensos progressos. Assumir uma postura de trabalhadora-historiadora na perspectiva do ofício implica, então, contar a história pelo percurso de suas linhas de descontinuidade e problematização que fazem nascer novos projetos.

O ofício necessita ser cuidado. Nesses termos, o que implica cuidar do ofício de pesquisa? Sendo o ofício em cada situação singular, sempre exposto ao inesperado (Clot, 2013a), o que dizer de um ofício que se sustenta no propósito de produzir conhecimento, de deslocar o saber sobre os processos, em que pesem seus limites definidos pelas instâncias administrativas e reguladoras que definem tempos, critérios de financiamento e que contornam, muitas vezes, quem a ele tem acesso e até mesmo o horizonte daquilo “a ser pesquisado”?

Recuperar neste escrito a produção do grupo de pesquisa converte-se, assim, em mais do que apresentar os projetos desenvolvidos. Trata-se de uma oportunidade para atentar aos seus traçados no tempo, de modo a colher, neste caminho, os elementos que podem abrir novas linhas de problematização que permitam reinventar modos de trabalhar pela pesquisa.

Tramando a escrita por entre três eixos, a saber: ‘Formação do Grupo de Pesquisa: momento de forte investimento em políticas públicas; movimentos na política brasileira com impactos nas questões para pesquisa: *impeachment* de Dilma Rousseff, desinvestimento nas políticas públicas, campanha presidencial de 2018; e a ameaça do vírus: pesquisar na pandemia de Covid-19 pela abertura de vias de problematização’. Trazemos aqui a presença vívida e forte de todas e todos aqueles que já passaram pelo grupo, bem como aquelas e aqueles que ainda se encontram conosco, com seus projetos em andamento ou já concluídos. São estudantes de graduação¹ e pós-graduação que animam nosso trabalho e desacomodam nosso pensamento. É na alegria do encontro com elas e eles que seguimos dando consistência às nossas “invencionices”.

FORMAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA: MOMENTO DE FORTE INVESTIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2012, ano de formação do grupo, o Brasil vivia um momento de franco investimento em políticas públicas. Foi nesse contexto que o *n-pista(s)* iniciou suas atividades, integrando a linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividade.

Em rede com o Núcleo de Pesquisas Subjetividade e Política da Universidade Federal do Espírito Santo (NEPESP/UFES), com outro grupo de pesquisa também vinculado ao PPGPSI/UFRGS, Corpo, Arte e Clínica/UFRGS, e, ainda, com o Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia Produção de Conhecimento e Práticas Sociais, as atividades do *n-pista(s)* iniciaram com o desenvolvimento de pesquisas guarda-chuva, iniciando com pesquisas rea-

1 As e os estudantes de graduação que se envolveram com nosso grupo de pesquisa foram/são: Dafni de Melo, Marina Haasse Franco, Lucas Bueno, Gabriel Escobar, Daniel Mossi, Letícia Nunes, Caroline Navarini e Sá, Ana Carolina Ongaratto de Oliveira, Larissa Neubarth e Bruno Monticcelli.

lizadas em nível de mestrado, expandindo, com o tempo, para o desenvolvimento de pesquisas de doutorado.

Visando o grupo, à época, desenvolver análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar no e pelo trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e indagando acerca de modos de sujeição, bem como de resistências ativas, gerados nessa conexão², foram desenvolvidos entre os anos 2012 e 2016 os projetos de pesquisa guarda-chuva intitulados ‘Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético: atividade, subjetivação e linguagem por experimentações imagético-digitais com trabalhadores do sistema penitenciário; e Trabalho, Subjetivação e Clínica – Análises nos setores da Assistência Social, Justiça, Comunicações e Saúde’. Além disso, foram desenvolvidos projetos de mestrado que geraram as seguintes dissertações: *Ofício de gestão em tempos de poder gerencialista: a potência da atividade para fazer crítica*, de autoria de Cibele Vargas Moro; *Ofício de educar em abrigo institucional: diálogos com trabalhadores-educadores*, de autoria de Willian Mella Giroto; *A Potência do Trabalho e o Trabalho da Potência: o fazer cotidiano na Assistência Social*, desenvolvida por Helena Rosa de la Rosa; *Atividade, experiência e narrativa – produzindo dispositivos crítico-clínicos do trabalho*, cuja autora é Cháris Telles Martins Rocha; *Por entre narrativas, montagens e acontecimentos: movimentos de um ofício trabalhador na saúde*, de autoria de Mariana Allgayer; e *Trabalhar em Saúde: por entre recriações de normas, a deserção como afirmação de uma política*, cujo autor é Daniel Rodrigues Fernandes.

Tais projetos se ocuparam da análise da experiência do trabalho em diferentes segmentos das políticas públicas. Operando com as ferramentas oriundas do campo das Clínicas do Trabalho e da Análise Institucional, interessaram às nossas pesquisas acompanhar as microgestões dos processos de trabalho realizadas por entre a distância do Trabalho Prescrito e do Trabalho Real, explorando intercessões filosóficas com o pensamento de Foucault, Deleuze, Guattari, Nietzsche e Benjamin, especialmente no que tange à produção de uma Clínica-Crítica do Trabalho. Por entre a criação e a recriação de normas para viver e trabalhar, modos de subjetivar se processam e relações de poder e estratégias de resistências são experimentadas de maneira que a análise da política pública é viabilizada em situações de co análise com trabalhadoras e trabalhadores.

A partir de uma perspectiva de pesquisa-intervenção de caráter dialógico, genealógico e cartográfico, a dimensão pública da política entendida como esfera relativa aos modos de viver junto, fazendo a gestão dos processos de trabalho, consiste em esfera analítica chave para as nossas pesquisas. Por entre o traçado da

2 Nesse momento, o grupo fio assim descrito: As pesquisas do Núcleo visam a análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar no e pelo trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e indagando acerca de modos de sujeição, bem como de resistências ativas, gerados nessa conexão.

história do ofício, isto é, do trabalho feito coletivamente mediante Trabalho Coletivo que gera Coletivo de Trabalho, em que cada uma e cada um é responsável por manter o ofício em pé no contato com as surpresas do real (Clot, 2013a), podemos encontrar as nuances daquilo que se desloca da história oficial de um trabalho.

Nesse deslocamento, acessamos a história de lutas, de embates de enfrentamentos, travados ou não, de conflitos que são transmitidos como herança. Herança que nos leva a tangenciar o pensamento de Walter Benjamin (1987) e suas análises no que diz respeito à experiência e à narrativa como forma de produção e transmissão de uma história coletiva aberta no e pelo trabalho. Transmissão, sobretudo, do que é problemático no trabalho, do que é abertura à colocação de novas questões aos modos de viver e trabalhar.

MOVIMENTOS NA POLÍTICA BRASILEIRA COM IMPACTOS NAS QUESTÕES PARA PESQUISA: IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF, DESINVESTIMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS, CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2018

Entre 2016, ano marcado pelo processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, e 2020, as forças políticas sofreram forte movimentação no Brasil. Michel Temer, à época vice-presidente, assume a Presidência do País e passa a conduzir uma série de ações de desinvestimento em políticas públicas, sob o manto das argumentações relativas ao equilíbrio das contas públicas. Foi, assim, aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos, reduziram-se drasticamente recursos para Educação e Saúde.

Outros importantes golpes sofridos pela população brasileira e trabalhadora foram a Reforma Trabalhista de 2017, com a criação da modalidade de Trabalho Intermitente, prevendo alternância entre prestação de serviços e inatividade, bem como a Lei da Terceirização, com aumento de período para trabalho temporário e permissão para contratação de funcionários terceirizados para atividades-fim. Tais mudanças são apenas um trecho da expressão da precarização das condições de trabalho no Brasil, bem como do agravamento das desigualdades no país, que se somaram a uma acirrada disputa política durante as eleições presidenciais no ano de 2018, em que estiveram em confronto um projeto de candidato de partido de esquerda e outro de representante da ultradireita.

Naquele momento, ataques às minorias foram frequentes, geralmente de cunho racista, classista e de gênero. Não foram raras as vezes em que, nas salas de aula, alunas e alunos chegavam relatando algum tipo de agressão sofrida nas ruas durante o trajeto até a universidade, ataques que se repetiam em outras situações e espaços de suas vidas. Ao mesmo tempo, a crescente chegada de estudantes e docentes à universidade por meio das Políticas de Ações Afirmativas foi provocando

mudanças importantes nos modos de produção de conhecimento, sobretudo, no que tange à questão dos saberes localizados, reafirmando a necessidade de seguir uma orientação epistêmica aberta à diversidade pela crítica contundente aos universalismos.

Foi nesse momento que a linha de pesquisa do PPGPSI, ao qual se vincula nosso grupo de pesquisa, revisou sua definição para nela destacar seu compromisso com as políticas públicas, com atenção especial à dimensão interseccional, passando a ser assim apresentada: estuda a produção de subjetividade na interface com as políticas públicas, com o objetivo de problematizar as práticas nas áreas da educação, do trabalho, da saúde, da assistência social, da segurança pública, cidade, moradia, entre outras. Explora a dimensão interseccional, sobretudo, os marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe e raça. As pesquisas na linha buscam articular ações voltadas para a qualificação do que é o público como espaço político de investimento de ações governamentais, bem como de afirmação de coletividades e de diferença.

Na esteira dessa revisão e procurando estar sensível às questões que se colocavam como urgentes no campo do trabalho sob a perspectiva da Psicologia Social e Institucional, nosso grupo de pesquisa também reformulou a sua definição, passando a assim se apresentar em seus propósitos: As pesquisas do Núcleo visam a análises relativas aos modos de trabalhar, de subjetivar e de clinicar *no e pelo* trabalho, problematizando os matizes do contemporâneo e estratégias de resistência. Tendo como lastro uma orientação epistêmica ético-político-estética, opera pelos campos da Análise Institucional e das Clínicas do Trabalho, enfatizando a investigação de processos institucionais gerados pelos modos de organizar e viver o trabalho e visando a produzir movimentos afirmativos de diferença, de coletivos e de crítica. Explora as políticas da subjetividade na interface com as políticas públicas em uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença, mediante estratégias metodológicas inventivas e de produção de conhecimento em rede entre Universidade e Trabalhadoras e Trabalhadores. Nesse novo momento do grupo de pesquisa é reafirmado o compromisso com análises referentes aos marcadores sociais da diferença ou da desigualdade, bem como a estratégia metodológica que visa a fortalecer esta rede de produção de conhecimento.

Nesse período, foi desenvolvido o projeto guarda-chuva *Trabalho, Subjetivação e Clínica: educação e saúde em análise*, pelo qual, analisando as transformações do capitalismo contemporâneo, que têm gerado mudanças na gestão dos processos e na experiência de trabalho, foram traçadas três linhas transversas de interesse: (a) estudar os modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho atravessadas pelo neoliberalismo; (b) analisar os modos como os sujeitos vivenciam os percursos do trabalho como atividade; e (c) produzir modulações conceituais e metodológicas no campo das Clínicas do Trabalho, especialmente

relativas ao modo de posicionar o problema clínico do trabalho e suas estratégias, afirmando o caráter político da clínica. Explorando o trabalho enquanto atividade, o projeto visou a problematizar o labor no eixo temático-empírico da Educação, da Saúde e da Socioeducação, a partir do qual colocamos relevo na dimensão do aprender envolvido na experiência mesma do trabalhar, entendendo o aprender como dimensão relativa a um certo exercício do pensamento marcado pela problematização.

A dissertação de Edlamar França, intitulada *Psicologia e Trabalho Social: algumas configurações problemáticas*, analisou as tessituras estabelecidas entre trabalho social, psicologia e neoliberalismo, enfatizando os processos de *empresarialização* que se referem a uma composição lógica do *modus operandi* empresarial com as práticas desenvolvidas nos projetos e organizações sociais e, até mesmo, em programas governamentais que compõem as políticas públicas na área social; e *universitarização*, que consiste em um movimento de qualificação profissional permanente, cada vez mais identificado com os moldes da universidade, de modo que esse processo formativo acaba, em determinados casos, por atender à lógica da dinâmica neoliberal e às exigências do mercado.

A dissertação de Tiago Hasmann, intitulada *Uma pesquisa-intervenção em atividade no trabalho face a face de uma empresa pública: por uma política de coleta-vização pelas competências*, discutiu a produção de competências no e pelo trabalho por entre gerencialismo contemporâneo, analisando uma situação paradoxal: à medida que os novos meios de gerenciamento do capital se estabelecem e são estimuladas as faculdades humanas afeitas ao trabalho imaterial, acaba-se por ter como efeito a reconfiguração das condições de possibilidade de ruptura com o regime de dominação pelo capital neste mesmo terreno.

A dissertação de Luis Giorgis Dias, intitulada *Produzir saberes indagando a política: pensando a formação em serviço pela perspectiva do aprender*, dedica-se a pensar a temática da formação em serviço a partir de uma experiência de pesquisa-intervenção realizada com trabalhadores da saúde de uma UBS localizada no município de Porto Alegre. Trata-se de uma experiência de ordem vital e que tem como característica se relacionar com instâncias diversas do corpo social ao qual se está envolvido. A microgestão operada em meio ao reordenamento dessas normas traz à tona a impossibilidade de separar o trabalho da dimensão política, aqui entendida como modos de gerir essa vida que é comum e partilhada, sendo o trabalho em saúde uma das maneiras de pautar modos de viver em conjunto.

A pesquisa de mestrado de Verônica Flores, realizada com agentes socioeducativos, teve o título de *Criando Aberturas em Regime Fechado: percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da socioeducação*. A dissertação teve o intuito de produzir questões clínicas do trabalho com Agentes Socioeducadores, problematizando aspectos relativos à expansão do poder de agir em meio às tensões

educar/punir/vigiar que caracterizam o exercício no campo socioeducativo. Com a emergência dos movimentos sociais que consolidaram o Estatuto da Criança e do Adolescente, efeitos outros produziram-se, no sentido de que a política pública deve se fazer pública, iniciando um processo de fortalecimento de práticas que acolham a produção do comum, o que implica pensar que é na própria experiência cotidiana do labor que os trabalhadores operam a política pública (além das diretrizes), devendo construir coletivamente estratégias instituintes, mediante um processo coanalítico operado com abordagens que tomam o trabalho pela via da atividade.

A pesquisa de doutorado de Lucia Almeida, realizada no campo da educação municipal de Porto Alegre, analisa os impactos da precarização das relações de trabalho, de redução de espaços de diálogo e de planejamento conjuntos nesse âmbito, da escassez de recursos humanos e financeiros que seriam destinados à qualificação dos espaços pedagógicos, da fabricação dos diretores de escolas como gestores mais administrativos do que pedagógicos, de redução de projetos e propostas diferenciadas nas escolas. A pesquisa de doutorado coloca em questão os modos como tais impactos se relacionam com a fragilização das relações dos professores e das professoras com seus pares, com seus alunos e com o seu trabalho, levando ao sofrimento e, eventualmente, ao adoecimento. São tecidas análises relativas aos efeitos das políticas neoliberais no corpo dos trabalhadores e trabalhadoras, buscando entender os modos como os professores e professoras da educação pública produzem movimentos micropolíticos de resistências e criam estratégias de enfrentamento a essas adversidades; e sobre o modo como tais resistências se atualizam quando há tentativas de impedimento ou de redução da potência de vida e de saúde nos ambientes de trabalho.

O projeto de tese de Daniel Rodrigues Fernandes, intitulado *Produzindo competências para compor com meios técnicos modulados por fazeres*, coloca em questão os modos de viver e trabalhar em um mundo tecnificado e sobretecnificado a fim de indagar a respeito de como ativar uma inteligência estratégica no presente.

A investigação de Patrícia Krieger no campo do trabalho da Política Pública de Assistência Social propõe uma pesquisa que tensione a Política Nacional de Assistência Social em suas práticas cotidianas e menores, trazendo como objetivo a busca de potência e transformação, a partir de um “construir com” e sob uma perspectiva que faça sentido aos que *utilizam*, sejam trabalhadores, pesquisadores, *usuários* ou outros atores. Quais enquadramentos dão suporte às vidas que se encontram nos espaços das políticas públicas de Assistência Social produzida para “*quem dela precisa*”? A quais normas sociais e políticas temos recorrido para afirmar nossas ações nesses encontros? Como produzir alianças éticas e políticas pelo trabalho, a partir da interdependência precária apontada por Judith Butler (2016)? Como produzir rupturas por entre esse “espaço de risco estrutural”, a fim

de um agir político no e pelo trabalho como ofício na Assistência Social? Essas são algumas das perguntas formuladas.

A investigação de Jéssica Prudente originou a tese intitulada “*Por que eu não posso querer morrer?*”: uma conversa infinita entre normatividades e normalizações pelo trabalho em saúde. Nela, encontram-se conversas infinitas no intervalo entre querer morrer e suicídio, transversalizadas pela experiência do trabalho em saúde mental, por um viés cartográfico. São colocados em discussão valores produzidos em relação ao viver e ao morrer, levantando questões a respeito de práticas higienistas e normalizadoras nesse âmbito. Por fim, a autora produziu um manifesto antipsicológico acolhendo lutas antirracistas e antifascistas na atualidade e operando uma crítica às práticas da psicologia na política pública de saúde mental na relação com os riscos.

Entre 2019 e 2020, Vilene Moehlecke desenvolveu no Grupo o projeto de pós-doutorado intitulado *Cartografias do NISE: a experiência coletiva como disparadora para novos sentidos às trabalhadoras na Educação em um município da região metropolitana de Porto Alegre, em meio à pandemia de Covid-19*. O NISE consiste no Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo/RS. O projeto desenvolvido implicou acompanhamento dos processos de intervenção propostos por tal Núcleo, os quais apostaram na constituição da coletividade ao envolver o compartilhamento de questões entre professoras, monitoras, merendeiras e estagiárias. A intenção foi a de estudar junto ao n-pista(s) a dinâmica desse processo, bem como problematizar a intervenção sob a perspectiva da Filosofia da Diferença e das Clínicas do Trabalho.

Ainda mencionando os projetos desenvolvidos, citamos que, desde 2018, Liana Dalla Vecchia se vinculou às atividades do Grupo na condição de coorientada de doutorado, estando ligada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela desenvolve a pesquisa intitulada *O Trabalho em Saúde e suas Reverberações na Saúde Mental das/os Trabalhadoras/es do SUS: uma cartografia na atenção primária à saúde de Florianópolis/SC*.

As pesquisas referidas a seguir foram marcos significativos no percurso das pesquisas desenvolvidas pelo n-pista(s). São investigações que colocaram provocações instigantes e necessárias no campo das Clínicas do Trabalho sob o ponto de vista da consideração dos marcadores sociais da diferença. Indagações que convocam a racialização das clínicas do trabalho, a consideração dos processos de generificação na experiência normativa do trabalho como atividade e questões referentes à afetação dos corpos com e sem deficiência quando da microgestão dos processos do Trabalho em Situação.

Tatiane Oliveira, com a pesquisa intitulada *Racializar o problema clínico do trabalho: professoras negras e experiência do trabalho como atividade na educação básica*, trata da problemática de racializar os operadores conceituais da Clínica

da Atividade na direção de apontar a pertinência de um fazer clínico do trabalho comprometido com a luta antirracista. Em pesquisa realizada com professoras negras que atuam na educação pública estadual do Rio Grande do Sul, a autora apresenta uma dinâmica de embates entre valores da branquitude e da negritude quando da gestão dos processos de trabalho e finaliza indicando pistas para afirmação de uma Clínica Antirracista do Trabalho.

A pesquisa de Renata Borstmann, que gerou a dissertação intitulada *Perform(atividade)s de Trabalho e Gênero: uma análise com técnicas de enfermagem de um bloco cirúrgico*, coloca em análise a produção generificada de trabalhadoras e trabalhadores pela experiência do trabalho como atividade. A análise dos materiais produzidos aponta para dois eixos referentes à atividade de trabalho no bloco cirúrgico: o primeiro refere-se aos esforços de renormatizações de técnicas e técnicos de enfermagem ao fazerem usos de si (Schwartz, 2007) diante das prescrições do trabalho na gestão do cuidado de modo generificado; e o segundo discute a produção do gênero profissional e estilo (Clot, 2010) atravessado pela produção do gênero, dedicando-se a discutir as estratégias coletivas de produção do cuidado adotadas.

As análises da pesquisa de Borstmann andaram no sentido dos modos como a performatividade de gênero compõe o real da atividade, ou seja, enfrentando tudo aquilo que pode ou não ser feito no trabalho, os interditos ou não, impostos pelas normativas de gênero, resultando no plano de uma atividade impedida, bem como no de uma performance de gênero, impedida ou não. Tendo em vista que a atividade é um processo em constante devir, que abarca possibilidades e impossibilidades com as quais o trabalhador ou a trabalhadora se depara para dar conta de realizar alguma tarefa, indagamos: como os processos normativos e renormativos do trabalho podem perturbar os processos performativos do gênero, produzindo, assim, a possibilidade de agenciar novas performances de gênero produzindo a expansão do poder de agir no e pelo trabalho? Tal pesquisa se faz numa espécie de lacuna das investigações no campo de estudos em gênero e trabalho sob o ponto de vista da normatividade, vital e social, experimentada quando da gestão do trabalho enquanto atividade.

Por fim, a pesquisa de Daniela Navarini gerou a dissertação intitulada *A experiência como plano de composição: uma conversa entre trabalho, deficiência e subjetividade*. Tal pesquisa, tematizando a deficiência no campo Clínico do Trabalho sob o prisma da abordagem da Clínica, destaca que a tradição francófona das perspectivas Clínicas do Trabalho ainda apresenta, na maioria dos seus estudos, um corpo trabalhador “não marcado”. Assim, tal dissertação, ao atentar para os corpos e para suas múltiplas experiências, para os sistemas de opressão referentes aos atravessamentos do capacitismo e para o local parcial ocupado pela pesquisadora na produção de conhecimentos, consiste em um passo a mais na direção de

uma perspectiva crítica e feminista de ciência no que se refere ao campo clínico do trabalho. São problematizados na pesquisa os significados da incapacidade e do produtivismo que compõem o plano problemático do tema trabalho e deficiência, levantando questões relativas aos modos de abordagem da questão enquanto “problema” a ser “tratado” e “gerido” e indicando que a Clínica da Atividade nos permite problematizar questões relativas à corponormatividade – a qual opera por entre a microgestão dos processos de trabalho – ao ampliar a discussão do trabalho a partir de sua dimensão experiencial e dos processos normativos.

No período compreendido entre 2016 e 2020, além das pesquisas realizadas, propusemos, ainda no ano de 2018, o projeto de extensão vinculado ao *n-pista(s)* chamado *Atelier de Formação e Intervenção em Saúde e Trabalho*. Trata-se de um projeto desenvolvido em caráter de Consultoria e Assessoria, objetivando desenvolver tecnologias no campo das Clínicas do Trabalho, explorando a indissociabilidade dos processos de trabalho, saúde e formação junto a diferentes segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, notadamente aqueles/as do setor de Políticas Públicas. Nessa iniciativa, visamos a fortalecer a dimensão coletiva da experiência do trabalho, apostando na produção de conhecimento em rede, bem como na difusão do conhecimento produzido pelas Universidades neste campo.

As intervenções propostas pelo projeto desenvolvem ações de promoção de saúde, bem como de formação de trabalhadores e trabalhadoras no campo das Clínicas do Trabalho, tomando a análise dos processos de trabalho como principal estratégia. São objetivos específicos dessa iniciativa: investir nos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos ativos dos processos analíticos dos processos de trabalho e do trabalho como atividade; problematizar as modificações e transformações do trabalho, em especial no que tange às políticas públicas e seus impactos nos trabalhadores e trabalhadoras; promover a formação de multiplicadores entre os trabalhadores e trabalhadoras no âmbito das Clínicas do Trabalho; explorar a dimensão formativa do trabalho presente no Trabalho em Situação; favorecer expansão do poder de agir dos trabalhadores por entre as microgestões do trabalho cotidiano. As ações são desenvolvidas a partir de três frentes: (a) Intervenções Clínicas do Trabalho conforme demanda; (b) Cursos, Oficinas, Palestras no campo das Clínicas do trabalho; e (c) Reuniões Quinzenais de equipe.

Visando também a estreitar nossa conexão com trabalhadoras e trabalhadores em diferentes contextos e segmentos, criamos o *site*³ do grupo, que permite divulgação de nossas ações, bem como contato conosco.

3 <https://www.ufrgs.br/n-pistas/>

A AMEAÇA DO VÍRUS: PESQUISAR A/NA PANDEMIA DA COVID-19

Em março de 2020, o mundo se viu atingido pela pandemia da Covid-19. Como não poderia deixar de ser, a crise sanitária que se instalava marcou indelévelmente a produção do grupo de pesquisa. Em meio a novos arranjos para organizar o trabalho acadêmico, passamos a experimentar uma ampla e intensa transformação nos nossos modos de viver e trabalhar no âmbito da própria pesquisa.

Em meio a uma proliferação de textos que começavam a ser publicados numa tentativa de colocar em análise a situação inusitada, marcada pela necessidade de isolamento e distanciamento social que passamos a viver, naquele momento também iniciavam a se colocar em nosso pensamento novas indagações pertinentes ao nosso campo de pesquisa. Afinal, quais seriam os efeitos da pandemia no mundo do trabalho na perspectiva do campo Clínico do Trabalho? Quais seriam as novas questões que se apresentariam em termos de mudança nos modos de organização do trabalho, experiência do labor e implicações ético-político-estéticas nesse processo? Como se deram ou como se darão os processos de coletivização e/ou individualização experimentados neste processo, bem como qual será o estatuto dos modos de vida que serão criados?

No rastro de tais perguntas, tal como flecha que nos atinge e punge, a indagação-chave que se impôs é: o que pode a Clínica do Trabalho na pandemia, bem como quais são as modulações necessárias no campo clínico do trabalho tendo em vista as novas urgências de nosso tempo?

As desigualdades no Brasil já davam seus sinais peculiares quando do enfrentamento da Covid-19, uma vez que pessoas trabalhadoras negras, mulheres e pessoas com deficiência se afiguram como grupos de forte impacto do ponto de vista dos efeitos nefastos da pandemia. Além disso, o incremento de modalidades de trabalho por aplicativo acirrou precariedades já vividas, sobretudo, no que tange aos trabalhadores “uberizados”. Sem falar no alto índice de desemprego que chega a números alarmantes no Brasil e nos níveis de miserabilidade que só crescem.

Do ponto de vista de quem segue trabalhando, o momento de pandemia instaura uma situação peculiar, que vem demandando muito daquelas e daqueles que trabalham. Diante de tal infidelidade do meio, para usar um termo proposto por Canguilhem (2002), em face de um vírus que acarreta modificações concretas no âmbito da organização e das condições de trabalho, instaura-se uma situação que convoca intensa normatividade. Normatividade, nos termos de Canguilhem (2012), refere-se à vida como capacidade transitiva, capacidade de movimento e de passar de uma situação à outra.

Por tal normatividade, experimenta-se o trabalho como atividade, desenhando uma história dos ofícios como matéria expressiva de uma produção coletiva. Para o autor, experimentar o trabalho como atividade implica “construção, no

comum, de um mundo em que o sujeito pode viver a experiência do real naquilo que ele tem de desconhecido e inesperado” (Clot, 2013a, p. 201), sendo no acontecimento que se reencontra, graças à instituição, o poder de agir sobre o meio, contra a instituição e além dela. Portanto, vivemos na pandemia uma intensa mudança nas estratégias de ofício, situação essa que nos levou a propor no ano de 2020 o novo projeto guarda-chuva do grupo de pesquisa intitulado *Narrativas do Trabalho Docente na Pandemia de Covid-19: pela memória do ofício, práticas de cuidado na educação*.

Intrigadas em meio a nossa própria experiência de trabalho, demos início à elaboração deste projeto, que ganhou como parceiras colegas de nosso PPGPSI vinculadas ao Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (Nucogs) e do Núcleo de Pesquisas em Subjetividade e Política (NEPESP), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional/UFES, bem como do Núcleo de Estudos e Intervenção em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Esse projeto, voltado para professoras e professores do Ensino Fundamental da Rede Pública em três estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo, visa a acompanhar, via Plataforma Digital, as mudanças expressivas em suas estratégias de ofício, o que produz forte sensação de insegurança, bem como temores no que tange à efetividade do exercício de seu trabalho. Os referenciais conceitual-metodológicos são oriundos do campo das Clínicas do Trabalho, notadamente as abordagens que analisam o trabalho como atividade, a saber, Ergologia e Clínica da Atividade; e são explorados aspectos do pensamento de Donna Haraway (2021), sobremaneira o conceito de figuração como modo de desenvolver o campo das clínicas do trabalho.

Os objetivos da pesquisa são: analisar como a produção de um memorial das intensas transformações geradas pela Covid-19 pode contribuir para a produção ou o registro da história do trabalho docente, de suas lutas travadas cotidianamente, por trabalhadoras e trabalhadores da educação no exercício do seu ofício em tempos de pandemia; produzir e compartilhar um memorial do ofício docente em tempos de pandemia como estratégia de cuidado à saúde de professoras e professores, partindo do princípio de que cuidando do ofício cuida-se das pessoas; contribuir com conhecimento produzido em co análise com professoras e professores para a formulação de políticas públicas para a educação a partir da situação pandêmica, fortalecendo rede de produção de conhecimento entre universidade, trabalhadoras e trabalhadores da educação; desenvolver, conceitual e metodologicamente, ferramentas clínicas do trabalho explorando a contribuição do conceito de figuração desenvolvido por Donna Haraway para as análises do trabalho como atividade.

A pesquisa segue uma orientação genealógica, cartográfica e dialógica. Genealógica porque as análises visam ao traçado da atividade-pensamento; cartográfica

porque pretende acessar processos – de trabalho, de subjetivação e clínicos do trabalho; e dialógica porque o diálogo se converte em ferramenta crucial na análise do trabalho como atividade.

Em meio ao desenvolvimento desse novo projeto, novas pesquisadoras ingressam no Grupo para desenvolvimento de pesquisas de mestrado de doutorado, respectivamente. Mayara Aguiar, com interesse na investigação de aspectos clínicos do trabalho referentes ao trabalho em Casas de Acolhimento; e Carina Kirst, abrindo indagações no que se refere à experiência de formação em medicina sob o ponto de vista da atividade. Ambas, Mayara e Carina, são as mais recentes pesquisadoras a ingressar em nosso grupo de pesquisa, personificando o movimento incessante de renovação tão caro e crucial à vida de um grupo de trabalho, à vida de um ofício de pesquisa.

Levando em consideração, ainda, os atravessamentos políticos de nosso tempo e País, pelo GT da ANPEPP Políticas da Subjetividade, do qual atualmente fazemos parte, encontramos-nos em pleno processo de colocar, além da pandemia, eixos transversais de problematização entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras que compõem o grupo de trabalho, tendo como mote o tema *Abrir o Presente: inventar mundos, narrar a vida, enfrentar o fascismo*. No que tange às questões atinentes ao n-pista(s), interessa-nos explorar quais são os engendramentos entre fascismo, capitalismo e trabalho, entendendo que o fascismo necessita ser abordado desde a perspectiva de suas modulações, mais do que de suas modalidades datadas em formatos de regimes totalitários.

Levando em conta, segundo Pinho (2007), que no fascismo se intensifica a centralidade do trabalho humano no capitalismo como mediador social e gerador de valor, estando diretamente relacionado ao contexto cultural e político de uma época, pensamos em quais são os contornos do fascismo no neoliberalismo. Para Safatle (2018), o fascismo vampiriza a revolta, ativa a paranoia nas relações, mobiliza uma certa insensibilidade em relação a quem é mais vulnerável e coloniza o desejo anti-institucional pela própria ordem. Assim, tais elementos destacados pelo autor, quando pensados no âmbito das transformações nos modos de organização do trabalho operadas por essa verve fascista que “re-pulsa” pelos contornos do neoliberalismo, permitem posicionar a consideração da experiência do trabalho na esfera analítica do poder com nuances particulares.

Se tomarmos a consideração de Schwartz (2011) de que jamais foi possível arrebatado todo mistério do gesto produtivo, podemos colocar os termos do problema de modo a exaltar uma analítica da resistência operada por entre os processos de trabalho? Se no contexto dos totalitarismos italiano e alemão pode-se por breve incursão pela história do trabalho identificar uma pretensão de liberdade em meio a um projeto imperialista de aceleração do desenvolvimento industrial, o que dizer da operação processada por entre o capitalismo globalizado, em que as estratégias

de controle e subjugo se difundem por todo o mundo em uma geopolítica que se sustenta na pretensão individual de sucesso pessoal a ser atingido pelo auto empreendedor espoliado? Qual trabalho, para qual projeto societário vivemos hoje? Qual trabalho, para qual projeto societário almejamos para viver um outro tempo?

Lembramos Umberto Eco quando diz que “os fascismos estão condenados a perder suas guerras, pois são constitucionalmente incapazes de avaliar com objetividade a força do inimigo” (2002, p. 57). Lembramo-nos também de Georges Canguilhem (2012), quando diz que “na guerra e na política não há vitória definitiva”. A partir daí – e levando em conta a afirmação de Yves Clot (2013a) quando sustenta que um ofício para se manter vivo necessita ser atacado, isto é, transformado de modo a tornar-se defensável – perguntamos: como investir na insurreição engendrada por entre os ofícios? Como injetar vigor em uma luta no campo social a partir das histórias engendradas no campo do trabalho?

NOVOS DESASSOSSEGOS: LINHAS PROBLEMÁTICAS QUE NÃO CESSAM DE PROLIFERAR

Contar o percurso de nosso grupo de pesquisa converteu-se em experiência. Experiência de (cont)ação de uma história que se faz e refaz a cada instante em que mantemos nosso ofício de pesquisadoras vivo. Quem somos nós pesquisadoras e pesquisadores no campo da Psicologia Social e Institucional neste momento preciso da história? Por onde andam nossas sensibilidades? Por onde andam nossas indignações?

Fazer andar a história de um ofício implica colocar em análise o que estamos fazendo de nós mesmos por entre o exercício de nosso trabalho, de maneira que se fazer pesquisadora exige um exercício aprendente de si em uma relação de confiança no que virá. Ofício de Pesquisadora, trabalho forjado de modo peculiar por entre as forças problematizadoras que recolocam questões de modo a possibilitar sua reinvenção. O que se quer do trabalho de pesquisa enquanto ofício? Que se possa acessar aquilo que o movimenta, que o coloca em processo de crítica de si mesmo, afinal, há de se colocar sob suspeita as artimanhas capitalísticas que empalidecem a sua vitalidade.

Por onde anda o n-pista(s) neste momento? Pelas águas turbulentas das revoltas que pululam aqui e ali, exercitando uma escuta que quer mais e mais refinar sua amplitude para encontrar os problemas que trabalhadoras e trabalhadores colocam a partir de suas experiências laborais, com especial atenção ao que os diferentes movimentos antirracistas, antissexistas, anticapacitistas, anticlassistas nos indicam como convocação à produção de conhecimento no campo da Psicologia Social e Institucional, e, ainda, em suas especiais nuances clínicas do trabalho e aos desafios vividos no âmbito do capitalismo flexível e de vigilância, bem como aos contornos

deste mundo na pandemia e no pós-pandemia. Enfim, desafios metodológicos, conceituais e epistêmicos não faltam, sobretudo no que tange ao enfrentamento dos efeitos da colonialidade na racionalidade moderna, os quais nos exigem especiais esforços para aprender a desaprender, como indica Mignolo (2008).

Nosso intento com esta escrita foi o de recuperar passagens que fulguram como pontos de abertura à colocação de problemas, a serem mote de novas pesquisas, a serem mote para novas lutas políticas por entre as pesquisas que realizamos e inúmeros processos de trabalho que acompanham essa tarefa: relatórios, produção bibliográfica, orientações e gestão administrativa, de modo a permitir que nosso próprio trabalho como pesquisadoras continue a se produzir por entre este escrito. Há que tomar o que fazemos enquanto processualidade que diz de processos sociais, institucionais, sempre a serem feitos e refeitos em meio a relações de poder e controle.

Além disso, há que se pensar que o trabalho e o conhecimento produzidos por entre a composição de grupos de pesquisas que sustentam um Programa de Pós-graduação necessitam estar sempre sob suspeita para que seja possibilitado que continuemos a acreditar no mundo, acreditar no sentido proposto por Deleuze (2010), qual seja: pelo suscitar dos acontecimentos, mesmo que pequenos, que consigamos engendrar novos espaços-tempos, que nos permitam confiar no inacabamento como superfície, inacabamento esse por onde deixamos, coletivamente, germinar a criação como resistência.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W.** (1987). *Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense.
- Butler, J.** (2016). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira*.
- Canguilhem, G.** (2002). *O normal e o patológico*. Forense Universitária.
- Canguilhem, G.** (2012). O normal e o patológico. In *O conhecimento da vida* (pp. 169-185). Forense Universitária.
- Clot, Y.** (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Clot, Y.** (2013a). O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(nspe.), 1-11.
- Clot, Y.** (2013b). A contribuição de Tosquelles à Clínica do Trabalho. *Trabalho & Educação*, 22(1), 199-208.
- Deleuze, G.** (2010). *O que é a filosofia*. Editora 34.
- Haraway, D.** (2021). *O Manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Bazar do Tempo.
- Eco, U.** (2002). O Fascismo Eterno. In *Cinco Escritos Morais* (pp. 1-12). Record.
- Mignolo, W.** (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Pinho, R. M.** (2007). A organização do Trabalho no Fascismo. *Projeto História*, 34, 370-376.
- Safatle, V.** (2018). O que é o fascismo? *Revista Cult (online)*. <https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>
- Schwartz, Y.** (2007). Uso de si e competência. In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Conversas sobre a atividade humana* (pp. 47-86). Universidade Federal Fluminense.
- Schwartz, Y.** (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. Bendassoli & L. Sobol (Orgs.), *Clínicas do Trabalho; Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 132-166). Atlas.